

# Não quero (mais) ter mais filhos: a maternidade em crise é afinal uma consequência da pandemia?

I don't want to have (anymore) children: Is motherhood in crisis a consequence of the pandemic?

**Rosamaria Giatti Carneiro**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

## RESUMO

Após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma acentuada explosão de nascimentos diante de maior estabilidade social. Depois de períodos de exceção, violência, mortes e extrema pobreza, poderíamos pensar que o curso da vida seria retomado, inclusive quanto ao desejo de se ter filhos. Pensando por esse prisma e olhando para a contemporaneidade, poderíamos acreditar que, com a crescente vacinação, redução da mortalidade e controle do vírus Covid-19, experimentaríamos a retomada dos nascimentos e talvez até mesmo um certo aumento em suas taxas. Mas esse, no entanto, não tem sido o cenário demográfico pós-isolamento social. Bem ao contrário, em vez de mais nascimentos, temos assistido a uma progressiva redução no desejo de se ter filhos. Este artigo pretende refletir sobre tal situação inusitada em nossa sociedade e aventar possíveis causas para sua ocorrência. Para isso, dialogará com dados estatísticos e demográficos oficialmente produzidos e com três pesquisas etnográficas realizadas com mulheres mães, pobres e abastadas, de baixa renda, entre os anos de 2020 e 2025, ao redor de suas práticas e emoções durante e após a pandemia, bem como às voltas com as práticas de cuidado entre mulheres de distintas gerações de uma mesma família em diferentes cidades e escalas. Uma delas no Distrito Federal; outra em diversas regiões do Brasil e uma última em cidades de grande e médio porte no Brasil e na Argentina.

**Palavras-chave:** Não-maternidade, Pandemia, Trabalho, Cuidado.

## ABSTRACT

Following World War II, there was a marked baby boom due to greater social stability. After periods of exception, violence, death, and extreme poverty, one might think that the course of life would resume, including the desire to have children. Thinking from this

---

Recebido em 22 de junho de 2025.

Avaliador A: 12 de agosto de 2025.

Avaliador B: 14 de agosto de 2025.

Aceito em 26 de janeiro de 2026.

---



perspective and looking at contemporary times, one might believe that with increasing vaccination rates, reduced mortality, and control of the virus, we would experience a resumption of births and perhaps even a certain increase in their rates. However, this has not been the demographic scenario of post-social isolation. On the contrary, instead of more births, we have witnessed a progressive reduction in the desire to have children. This article aims to reflect on this unusual situation in our society and explore possible causes for its occurrence. To this end, it will engage with officially produced statistical and demographic data and with three ethnographic studies conducted with mothers, both poor and wealthy, between 2020 and 2025, focusing on their practices and emotions during and after the pandemic, as well as on caregiving practices among women of different generations within the same family in different cities and at different scales. One study was conducted in the Federal District; another in various regions of Brazil; and a final study in large and medium-sized cities in Brazil and Argentina.

**Keywords:** No-motherhood, Pandemic, Work, Care.

## UM BABY BOOM QUE NÃO ACONTECEU?

Depois da Segunda Guerra Mundial assistimos, sobretudo, em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, que compuseram o grupo dos Aliados, um franco crescimento demográfico. Muitas crianças nasceram entre os anos de 1945 e 1964. Nesse período, estima-se que nasceram mais 76 milhões de crianças. Algumas razões são apontadas para esse crescimento, sendo uma delas a de que as pessoas queriam reconstruir suas famílias, retomar o curso normal da vida e que havia uma confiança de que o tempo que se iniciava seria próspero e seguro.

Nos Estados Unidos, as famílias migraram das cidades para os subúrbios, os militares contaram com apoio financeiro para construir suas casas e o ethos da família nuclear com o homem provedor encontrou muito eco social. Uma onda de consumo passou a ser estimulada, as pessoas adquiriram carros, televisores e eletrodomésticos. Depois de duas grandes guerras e um período de depressão, a vida social voltava a pulsar, com um respiro econômico, mas também ideológico. Essa confiança no futuro, de certo modo, contribuía para que as pessoas desejassem mais filhos<sup>1</sup>.

Entre 2020 e 2022 fomos ameaçados em escala mundial pelo Coronavírus. Experimentamos o isolamento social e uma transposição para o mundo virtual. Só no Brasil foram 700 mil óbitos. Fomos um dos recordistas mundiais no número de mortes. Se o vírus parecia ter uma letalidade

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.investopedia.com/terms/b/baby\\_boomer.asp](https://www.investopedia.com/terms/b/baby_boomer.asp). Acesso em: 15 set. 2022.

universal, logo percebeu-se que a pandemia tinha recortes e singularidades e que não se tratava de uma experiência única. Os marcadores sociais de raça/cor, classe social, nacionalidade, gênero, geração e sexualidade diferenciaram a sua vivência. Por isso, a pandemia foi chamada de sindemia<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo em que o vírus parecia estar por todos os lados, o contágio, a assistência à saúde e o desfecho do quadro de adoecimento dependiam do cotidiano da vida social de quem o contraía. Foram anos sombrios, muitas pessoas morreram de Covid-19, outras tantas passaram fome, perderam os seus empregos, seus pais e mães, seus filhos e suas famílias (Lopes, 2023; Pires *et al.*, 2025). Tiveram medo da morte, viram-se isolados ou diante da impossibilidade de se isolarem. Alguns Estados decretaram lockdown, as ruas foram esvaziadas e os hospitais ficaram lotados. Faltaram insumos e infraestrutura para cuidarmos de nós mesmos e dos nossos familiares. Muitas pessoas morreram sem ar. Muitas pessoas foram enterradas sem nenhum tipo de ritual. Entre eles, os bebês yanomamis no norte do Brasil, em Roraima (Guimarães; Alés, 2025)<sup>3</sup>. Vivemos um período de exceção, cortaram-se nossas redes de apoio e de acesso às políticas públicas, ainda que isso tenha se dado de modos muito diferentes a depender de onde se vive, de onde se trabalha, de quanto se ganha e de qual é a sua cor.

Passaram-se cinco anos desde então, mas os últimos anos foram todos muito diferentes entre si. O ano de 2020 foi o período de maior medo e insegurança social. Pouco se sabia sobre o vírus, sobre medicamentos eficazes, vacinas e sobre o que aconteceria. Chamarei aqui o primeiro ano de: o período mais acirrado da pandemia. Quem não se lembra das imagens das ambulâncias correndo pelas ruas da Itália? Das covas de pessoas mortas em Manaus no Brasil? Dos guardas nas ruas da Espanha? Das imagens dos hospitais de campanha? Dos cartazes colados no ponto de ônibus da favela do Rio de Janeiro, que diante da ausência de suporte estatal, criava para si mesma uma estratégia de contenção do vírus? Esse foi o ano em que Miguel Santos da Silva, um menino negro de 5 anos, sem escola durante a pandemia de Covid-19, foi morto ao ir trabalhar com sua mãe, Mirtes Renata, empregada doméstica, ao cair no buraco do elevador de um prédio de luxo em Recife em razão do descuido da patroa de sua mãe; enquanto Mirtes descia para passear com cachorro da família<sup>4</sup>. Foi o ano também em que Cleonice Gonçalves, de 63 anos, uma mulher negra e empregada doméstica, foi a primeira

---

2 Sindemia é um conjunto de problemas de saúde intimamente interligados e que aumentam mutuamente, é um conjunto de problemas de saúde intimamente interligados e que aumentam mutuamente, que afetam significativamente o estado geral de saúde de uma população no contexto de persistência de condições sociais adversas. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude>. Acesso em: 19 set. 2022.

3 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>. Acesso em: 19 set. 2022.

4 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mirtes-de-souza-mae-de-miguel-se-fosse-ao-contrario-com-certeza-eu-estaria-presa-desde-o-primeiro-dia/>. Acesso em: 19 set. 2022.

pessoa a morrer de Covid-19 no Brasil depois de ter contraído a doença de seus patrões, que haviam acabado de voltar da Europa<sup>5</sup>.

Em 2020 recomendou-se que as mulheres não engravidassem, assim como havia acontecido em 2015 e 2016, à época da epidemia de Zika no Brasil. A responsabilidade pela reprodução social ou pelo seu controle foi mais uma vez atribuídos às mulheres e assim individualizada<sup>6</sup>, já que a contracepção foi descontinuada, pois não considerada “serviço essencial”.

Em 2021 vivemos uma “nova onda”. Houve um recrudescimento dos casos, mas a vacina aparecia como uma alternativa possível. Um respiro, uma esperança. As escolas privadas voltaram a funcionar, mas as públicas permaneceram fechadas, com bem pontua a pesquisa de Laura Lowenkron (2022). Muitas crianças de periferia não tinham com quem ficar e tampouco o que comer. Pouco a pouco as pessoas começaram a se vacinar. Parecia um novo horizonte, ainda que cada nova variante do vírus abalasse nossas certezas.

O Brasil foi o país que teve a taxa de mortalidade materna por Covid-19 mais alta do mundo (Boletim Fiocruz, 2021)<sup>7</sup>. Gestantes e parturientes morreram sem ar, por falta de assistência à saúde, que no Estado brasileiro figura como direito constitucional desde 1988, enquanto “um direito de todos e dever do Estado”. Muitos bebês deixaram de nascer. Por conta do medo da morte, da insegurança econômica e social, do aumento do número de divórcios, aqueles que puderam, postergaram a chegada de novos filhos.

Em abril de 2022, a Organização Mundial de Saúde decretou o fim da pandemia, as pessoas deixaram de usar máscaras e pouco a pouco foram retomando suas vidas fora de casa, retomando postos de trabalho e passaram a conviver com as sequelas da pandemia. Uma delas pode ser o que pretendo discutir neste texto: uma queda persistente no desejo de ter filhos, algo que ainda se faz sentir.

A pandemia provocou uma queda na natalidade no mundo inteiro. Em 2019 tivemos 2,8 milhões de bebês nascidos no país, em 2020 esse número caiu para mais de 2,6 milhões, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil (Idoeta, 2021). O IBGE junto da Associação dos Registrados de Pessoas Naturais (ARPEN) estimam que deixaram de nascer 300 mil bebês no ano de 2020. O IBGE havia prospectado que o Brasil teria uma população de 1,574 milhão de pessoas em 2020, mas por conta da baixa natalidade, mortes por Covid-19 e sobrecarga

---

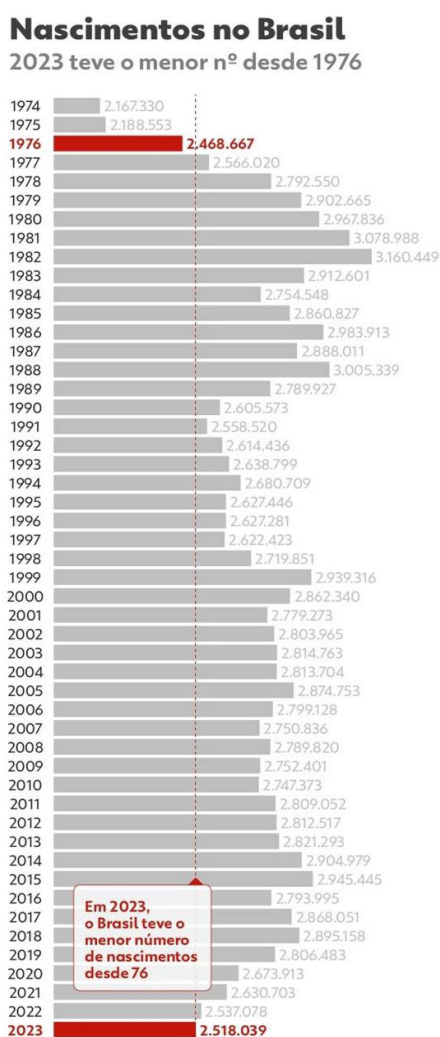
5 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>. Acesso em: 19 set. 2022.

6 Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/20/coronavirus-evitar-gravidez-mas-cortam-contraceptivos/>. Acesso em: 19 set. 2022.

7 Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-destaca-alta-mortalidade-materna> Acesso em: 19 set. 2022.

do sistema de saúde, terminamos o ano com 1,159 milhão de pessoas, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil. Portanto, a grosso modo, podemos dizer que o impacto da pandemia foi reduzir o crescimento populacional em 415 mil pessoas em 2021<sup>8</sup>. Em 2022, baixamos para 2,5 milhões, ainda que este tenha sido o ano do fim do isolamento social e fim da pandemia. Em 2023, o Brasil registrou 2,52 milhões de nascimentos ocorridos no ano, uma queda de 0,7% em relação a 2022 e o quinto recuo consecutivo<sup>9</sup>.

**Figura 1. Queda de Natalidade do Brasil**



g1 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 1974-2023  
Infográfico elaborado em: 15/05/2025

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57814964>. Acesso em: 16 set. 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202505/em-2023-obitos-caem-7-9-entre-idosos-com-80-anos-ou-mais>. Acesso em: 19 set. 2025.

Fonte: Número [...] (2025)

Dessa forma, mesmo com o advento da vacina, avanço da imunização na população brasileira, diminuição da mortalidade por Covid-19, retorno às atividades presenciais e fim do distanciamento social, o crescimento da natalidade não tem se verificado nos últimos anos e recentemente atingimos o patamar mais baixo nas últimas décadas. O baby boom, após o período de exceção, parece não ter acontecido. Partindo desse cenário, pretendo refletir sobre as possíveis causas desse não desejo de filhos no contexto brasileiro pós-pandemia, de forma a explorar suas possíveis causas e consequências.

Para esse objetivo, dialogarei com achados de três pesquisas etnográficas que conduzi nos últimos cinco anos ao redor da pandemia e/ou de famílias de mulheres, gênero e gerações no Brasil. A primeira delas *O uso do tempo/espço das mulheres mães dentro de casa durante a quarentena da Pandemia de COVID-19* aconteceu entre os meses de maio e junho de 2020, de maneira remota, entre Brasil e Argentina, com mulheres mães de camadas médias que tinham acesso às redes sociais e internet. A segunda *A vida social do cuidado e da pessoa entre mães e filhas: maternidades, narrativas e intergeracionalidade* também aconteceu de maneira remota por conta do isolamento social, entre os anos de 2020 e 2021, com mulheres de camadas médias, mas também com mulheres de camadas populares, ao redor da relação entre mãe e filha e suas práticas de cuidado consigo mesmas e com suas crianças. E a última e mais recente que se deu em uma cidade satélite do Distrito Federal, entre 2022 e 2025, de maneira presencial e pesquisa de campo constante e rotineira, com mulheres de periferia, ao redor *dos Impactos da pandemia de Covid-19 na vida de mulheres mães pobres e periféricas: trabalho, cuidado e pobreza a partir de São Sebastião – DF*.

Na primeira pesquisa remota tivemos acesso a 300 brasileiras e 75 argentinas, na maioria brancas, casadas, heterossexuais e de mulheres de camadas médias. Na segunda estivemos com 10 mulheres de diferentes regiões do Brasil, com idades entre 75 e 28 anos, de diferentes gerações, ocupações e realidades econômicas, sendo elas avós, filhas e netas. E na terceira estivemos com mulheres entre 40 e 28 anos, na maioria solteiras, desempregadas, de camadas populares e negras. Considerando que a ideia neste artigo é tensionar o que gráficos e pesquisas demográficas nos apresentam quanto à natalidade no Brasil, tomaremos os dados dessas investigações de maneira conjunta e de maneira implicada com os argumentos que se pretende desenvolver.

## NÃO QUERO MAIS FILHOS

Não podíamos imaginar passar por outra gravidez, parto e fase de recém-nascido com tão poucas opções de apoio. A gota d'água, porém, foi ver, durante a pandemia, a clara falta de apoio estrutural para as famílias.

Há também os divórcios pandêmicos. Para os pais de crianças pequenas que não saíram da pandemia com seus relacionamentos intactos, a perspectiva de ter mais filhos parece muito menos provável do que antes. “A realidade de não ter um segundo filho se confirmou gradualmente após o primeiro ano de Covid. Ainda existe uma sombra da epidemia no esgotamento dos pais que viveram em 2020 e 2021 com filhos que eram muito jovens até para se distrair com as telas. A perspectiva de ter mais bebês parece especialmente desagradável para os pais que ainda se recuperam de assumir tarefas inesperadas sem reconhecimento ou apoio social (Belandi, 2022). .

Segundo reportagem do jornal O Globo (Belandi, 2024), o grupo de “desistentes”, que são as mulheres que não querem mais filhos, teria aumentado de 42,7% para 47,7%, sobretudo, entre aquelas que já têm filhos e perderam seus empregos. De acordo com a pesquisadora Letícia Marteleto, envolvida em uma pesquisa sobre o desejo de filhos na pandemia junto à Universidade do Texas e UFPE, “se a mulher estava em cima do muro em relação a ter mais filhos, a pandemia jogou ela para um lado” (Lenharo, 2020). Em conversas com mulheres de camadas médias que vivem no Plano Piloto, no Distrito Federal, durante o primeiro semestre de 2022, por meio de WhatsApp, vi-me diante de mulheres que queriam mais filhos, mas desistiram por conta da pandemia, da sobrecarga de trabalho e por estarem exaustas com os cuidados de uma criança. Vi-me também diante daquelas que não queriam mais filhos e seguiram não desejando mais filhos, confessando terem inclusive desejado não tê-los durante a pandemia.

Eu queria 3. Mas a falta de rede de apoio e sobrecarga ficaram ainda mais evidentes com a pandemia. Não temos estrutura física, mental e orçamentária para uma terceira criança. Também invejei as pessoas sem filhos que podiam ficar em silêncio, agir por sua própria conta. Por outro lado, imaginei a solidão de quem estava totalmente só (Joana, 36 anos, Distrito Federal, 2022).

Eu nem pensei nisso, a fábrica já estava encerrada. Mas invejei quem não tinha filho reaaaal (Maria, 43 anos, Distrito Federal, 2022).

[...] não alterou pra mim, meu desejo de ter uma nova criança já era 0,02 há algum tempo. Sinto pela Maria não ter uma irmã ou irmão. Eu acho meio louco ser solo assim no mundo, mas ela ganha outros prismas. E mais que isso: o quadro pode ser mudado, pois sei que a namorada do pai dela quer ter filhote um dia (Bia, 39 anos, Distrito Federal, 2022)

Para algumas delas, não desejar mais filhos decorria de motivos pessoais ou de sentirem-se muito esgotadas pelo trabalho de cuidado. Mas para outras o receio de ter mais filhos derivava

da instabilidade social que a pandemia trouxera.

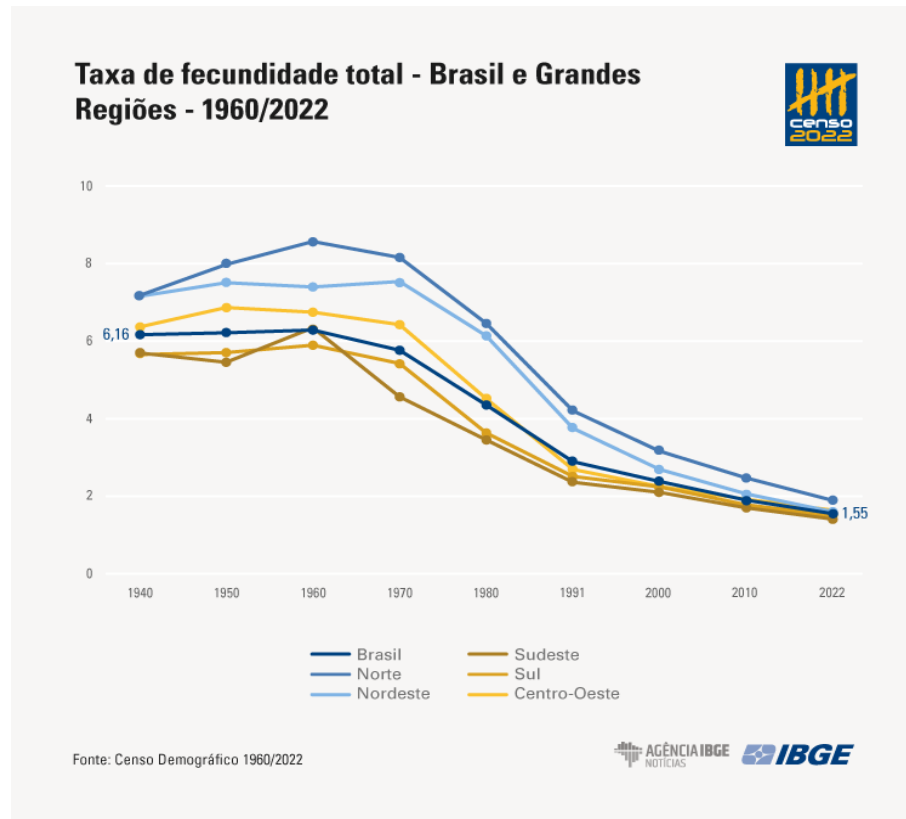
Virou um ponto recorrente de reflexão. Passei a ter mais medo de colocar gente no mundo. Mas não mudou a vontade não. Digo, não foi suficientemente forte pra dissipar o desejo. Mas virou um tema sim. Porque pra mim, aumentou a sensação subjetiva de insegurança e imprevisibilidade da vida. Na racionalidade, claro, nunca estivemos no controle. Mas na prática a pandemia me trouxe essa sensação desconfortável. Essa certa melancolia. Uma espécie de pessimismo diante da vida. Do destino do planeta, da humanidade. Essas coisas. Deu a sensação de estar permanentemente à beira de uma catástrofe. E nesse cenário eu me sinto impotente na tarefa de proteger a prole. E injusta na decisão de fazer alguém passar por isso (Ana, 38 anos, Distrito Federal, 2022).

Esses diálogos foram estabelecidos, com mulheres que já haviam sido minhas interlocutoras em outras pesquisas. Em sua maioria, mulheres brancas, heterossexuais, com mais de 30 anos, de camadas médias, casadas e com formação universitária, algumas inseridas no mercado de trabalho, enquanto outras dedicadas à criação dos filhos. A ideia de explorar esse não desejo surgiu quando comecei a escutar essa negativa por parte de mulheres próximas, mas também quando tomei contato com dados produzidos por demógrafos e estatísticos, já num contexto de pós-isolamento social, como arrolado acima. Penso, entretanto, que o desejo de não ter filhos também pode ter variado durante as diferentes fases da pandemia e também depois dela. Não desejar filhos quando tudo é incerto, inseguro e perigoso parece fazer sentido, mas quando as nuvens se dissipam quais seriam as razões de não se desejar mais filhos? Ter filhos tem sentidos diversos, como bem anunciam Ellen Woortmann (1995, 1990), Pedro Guedes Nascimento (2020; Nascimento; Luncker, 2019) e Valeria Corozacss (2009), para citar somente alguns. O número de filhos pode relacionar-se a um “cálculo social” e à honra da família; pode dizer da salvaguarda na velhice ou do desejo de transmitir o sangue, constituir e deixar família para futuras gerações, entre outras razões.

Nos Estados Unidos, diferentemente da década de 1950, as mulheres estão dispostas a renunciar à maternidade, ao ponto de aceitarem a esterilização para manterem o emprego, em vez de se submeter ao trabalho e aos sacrifícios associados à criação dos filhos. A redução do trabalho doméstico se evidencia pelo crescente número de mulheres que demoram para se casar ou que não se casam (moram sozinhas, em casais do mesmo sexo ou em arranjos comunitários), assim como pelo crescente número de divórcios (ainda solicitados principalmente por mulheres). Parece que o casamento não é mais “um bom negócio” ou algo necessário para as mulheres. Enquanto a recusa ao casamento ainda não está em pauta, as mulheres ganharam uma nova mobilidade em relação aos homens e podem estabelecer relações de meio período com eles e assim ter o trabalho doméstico reduzido. O contínuo crescimento das famílias chefiadas por mulheres também reflete até que ponto as mulheres estão se recusando a assumir um casamento por convenção (Federici, 2018).

Essa reflexão pode nos ajudar a problematizar a realidade brasileira, em que a atual taxa de natalidade foi de 1,55 filho/mulher, vale dizer a menor taxa desde 1940, quando tal relação começou a ser mensurada. Segundo Débora Diniz, em postagem de 27 de junho de 2025, dados como esses nos sugerem que não desejar mais ter filhos “é um fato da vida que nos mostra que o que antes era destino ou estigma, agora é uma realidade populacional”<sup>10</sup>.

**Figura 2. Taxa de Fecundidade no Brasil**



Fonte: Agência de Notícias e IBGE (2025).

## MATERNAR DURANTE A PANDEMIA: ENTRE SENTIDOS E PRÁTICAS

Durante os meses de maio, junho e julho de 2020 aplicamos o questionário da pesquisa

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DLaCq8aRwCy/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

acima mencionada; o instrumento contava com 33 questões, em sua grande maioria fechadas, duas perguntas abertas sobre ser mãe na pandemia; sobre o que desejavam do futuro e, por último, um espaço para inserirem imagens do seu dia-a-dia. Em sua primeira sessão traçava um perfil sociodemográfico da mulher; na segunda explorava a relação entre trabalho e pandemia; na terceira sentimentos e relação com o corpo e, por último, a construção do cotidiano. O formulário circulou a partir de nossas redes de pesquisa, internet e WhastApp. Em dois meses, 300 mulheres brasileiras e 75 mulheres argentinas haviam respondido nossas perguntas. Para a reflexão deste artigo, retomarei as respostas para as questões “O que significa ser mãe e mulher neste contexto?” e “Qual é o seu maior desejo para o pós- pandemia?”

Foram recorrentes as ideias de sobrecarga, exaustão, desafio, multitarefa, ser uma guerreira e estar cansada. Ou então, ideias mais elaboradas como:

Odeio ser mãe, mas, sim eu amo meus filhos. Ser mãe é peso, é cobrança o tempo todo, é expectativas inatingíveis, é solidão, é ter responsabilidades gigantes. Ser mulher, nem sei mais. Ser mãe em tempos de pandemia é se afogar todos os dias em incertezas. As duas ficam incompletas. Me sinto apenas mãe. Minha identidade está incompleta.

[...]

Estar sozinha numa responsabilidade gigantesca. Não se limita aos cuidados com o ambiente, alimentação e etc. da criança, mas também em administrar o emocional dela num período extremamente complicado, estressante e perigoso (Entrevista, maio de 2020).

No Brasil as escolas permaneceram fechadas durante todo o ano de 2020 e parte de 2021<sup>11</sup>. As crianças de camadas médias estiveram todo esse tempo em casa. E por isso esse ambiente se tornou, a um só tempo, o lugar do trabalho produtivo, mas também do trabalho reprodutivo e da escola. Para as camadas médias, os tempos e espaços da vida social se viram condensados em um só lugar. Em algumas famílias, as avós que ajudavam e eram rede de cuidados de netos também foram distanciadas por serem *grupo de risco* para o contágio. Babás e empregadas domésticas também foram afastadas. Diante desse corte das redes de apoio e de “circulação das crianças” (Fonseca, 1995), as mães se viram sobrecarregadas ao terem de cozinhar e limpar a casa. Se viram divididas entre o tempo da casa e o tempo do teletrabalho, com câmeras desligadas, queda de produtividade e ainda mais tarefas ao terem de acompanhar os filhos nas atividades escolares. Para aquelas que puderam se isolar, a casa apresentou-se como o ambiente da clausura.

Das brasileiras que participaram de nossa pesquisa, 70% viviam em grandes cidades, com mais de 500 mil habitantes. Foi possível observar que a grande maioria convivia com

---

11 Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/cobertura-coronavirus-educacao/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

crianças menores de dois anos de idade e com pessoas com idades entre 30 e 40 anos. Das mulheres que trabalhavam fora de casa antes da pandemia, a creche/escola era a principal rede de apoio para o cuidado com os filhos da maioria delas, de 202 mulheres (67,3%). A segunda rede de apoio mais assinalada pelas participantes foi a fornecida pelo/a companheiro/a, em que 110 mulheres brasileiras (36,7%) selecionaram esta opção; as avós e babás também tiveram expressão significativa nas respostas do questionário, marcadas por 97 (32,3%) (avós/babás e companheiros) — ou seja, as mulheres recorrem a outras mulheres como apoio no manejo de cuidado dos filhos, e 49 (16,3%) mulheres respectivamente (Batista, 2023).

Valeska Zanello *et al.* (2022) também aplicaram questionário à distância em 2020, entre maio e julho e mais de 5000 mulheres responderam. Em sua maioria mulheres brancas, de camadas médias, com diploma de ensino superior, heterossexuais e casadas, entre 35-44 anos. 82% delas trabalhava fora de casa antes da pandemia e 69% passou a usar o teletrabalho e 81% coabitava com seu companheiro. Sobre as crenças acerca da maternidade, as autoras destacam que 76% não acreditavam que uma mulher para ser completa precisava ser mãe, o que demonstra uma desconstrução de um ideário de feminilidade. Sobre as tarefas domésticas com o advento da pandemia, 82% estavam se sentindo sobrecarregadas e 88% disseram que estavam realizando mais trabalho doméstico; 65% sentiam sentimento de culpa por não estarem tão atentas às necessidades dos filhos e quase isso relataram ter sentimentos que não gostariam, como raiva direcionada aos seus filhos, por exemplo. 78% disseram que precisavam de mais tempo para si mesmas e 45% disseram não serem cuidadas por ninguém, o que reitera a ideia desenvolvida por Zanello *et al.* (2022) sobre o *dispositivo amoroso*, cujo efeito é exigir das mulheres que cuidem antes dos outros antes de cuidarem de si mesmas.

## PANDEMIA E QUEDA DE NATALIDADE PERSISTENTE

A pandemia de Covid-19 foi considerada um evento extraordinário por conta de sua escala mundial, imprevisibilidade e risco de morte. Mas no que tange ao trabalho doméstico, trabalho reprodutivo, sobrecarga física e mental pairam dúvidas quanto a sua novidade. Esse foi o argumento que desenvolvi com Elaine Muller (2020) em *Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de covid-19 soma na vida das mulheres mães?*. A casa, a domesticidade, o peso e a invisibilidade do trabalho de cuidado sempre compuseram a vida das mulheres mães. No começo do século 20 Virginia Woolf escreveu *Um teto todo seu* (1929) também como um manifesto para que as mulheres tivessem tempo de trabalho dissociado da casa e dos filhos, para que pudessem trabalhar com concentração e tranquilidade, salientando como esses espaços se sobrepunham em seus cotidianos e inviabilizavam sua produção profissional.

De outro lado e posteriormente, Silvia Federici (2018) ressaltou que desde a década de 1970, a partir do *Wages for Housework*, as feministas pautaram a importância do reconhecimento e consequente remuneração do trabalho doméstico, que, em suas palavras, “não seria amor, mas sim trabalho não pago” (Federici, 2018). O trabalho doméstico tem sido historicamente o “trabalho oculto” (Gago; Cavallero, 2020), aquele que é propositalmente não remunerado e que paradoxalmente alicerça o sistema capitalista. Segundo Fraser e Filho (2020), há uma contradição intrínseca entre o capital e o cuidado e dela desvela-se também uma dependência; tudo no sistema capitalista precisa/deve ser pago, vendido e remunerado, gerar lucro e operar como mercadoria, salvo o cuidado — tido como essencial e emocional, que ao não ser remunerado torna-se trabalho não pago e sobre o qual o sistema se assenta.

Nos primeiros meses de pandemia, o trabalho doméstico e a casa foram comentados e debatidos como nunca praticado. Como desponta da pesquisa de Zanello *et al.* (2022), muitas mulheres disseram que passaram a realizar tarefas pouco ou quase nunca realizadas em suas casas. Ora porque contavam com babás, ora com empregadas domésticas, familiares e ora com as escolas que realizavam esse trabalho de sustentabilidade da vida, a verdadeira reprodução social. Se a pandemia intensificou o trabalho doméstico e descortinou a dependência que as famílias têm da ajuda de outros para organizarem os seus cotidianos, pergunto se não seria a pandemia a responsável pela atual crise da maternidade e persistente queda da natalidade? Não seria a sobrecarga materna, com os cuidados e de afazeres com a casa, gerados e revelados pela pandemia, motivos importantes para que as mulheres brasileiras tenham renunciado ao desejo de terem filhos ou de terem mais filhos, como demonstraram os dados do IBGE e as narrativas coletadas durante minhas pesquisas mais recentes ao redor da pandemia?

No mesmo grupo de whatsapp de mulheres de camadas médias do Distrito Federal, que acompanhei durante o ano de 2022, circulou o seguinte diálogo entre duas delas:

Eu queria mais um, sempre quis 3. Mas a pandemia, além de todos os perrengues, me levou a um processo de autoconhecimento profundo (Fábria, 42 anos, Distrito Federal, 2022).

Quando engravidei em 2019 eu já ficava bolada de trazer alguém pra esse mundo doido, pelo jeito que a humanidade anda. Mas decidi que os bossais não poderiam ter o poder de anular meu desejo de ser mãe de novo. Mas depois da pandemia, essa insegurança com o mundo aumentou. Meu útero ainda pulsa quando vejo bebêzinho. Mas racionalmente vem grana, idade, situação planetária que ficou mais tensa com e depois da pandemia (Sonia, 39 anos, Distrito Federal, 2022).

A pandemia salta como uma experiência divisora de águas em seus desejos. Ambas desejavam mais filhos, mas o cansaço decorrente dos cuidados intensos contribuiu para que abandonassem tal ideia. Em que pese o cansaço ou o *timing* perdido serem motivos para não terem mais filhos, vislumbro nesse não desejo também uma outra razão, que tem a ver com

um modelo de maternidade intensiva operante sobretudo nas duas últimas décadas no contexto brasileiro. Senão vejamos, especialmente os seguintes trechos:

E quando pensei que mais um filho me levaria de novo pra um processo de anulação, desisti. Só de pensar no perrengue de ter um bebê eu canso [...] (Fábia, 42 anos, DF, 2022)

Também sinto o cansaço acumulado desses dois últimos anos e acho que realmente seria muito custoso em muitos sentidos. Também sinto com a Joana falou, de estar em outra fase (Sonia, 39 anos, DF, 2022).

A exaustão e o cansaço maternos têm sido explorados enquanto consequências de uma moralidade parental contemporânea que inscreve sobretudo nas mulheres mães a responsabilidade pelos cuidados físicos e emocionais das crianças (Russo; Nucci, 2020; Cooper, 2019; Carneiro, 2021; Carneiro; Maluf, 2023). Essa moralidade parental tem recebido o nome de criação com apego, maternidade intensiva ou maternidade consciente. Como já pontuara Foucault (2010), com quem dialoguei em outros escritos (Carneiro, 2020, 2021; Carneiro; Maluf, 2023), a mãe e o tempo dedicado aos seus filhos no sistema capitalista, tornaram-se geradores de capital humano e estabelecem que o futuro económico e sócio emocional das crianças dependem da estimulação precoce e disponibilidade emocional materna para com os filhos.

[...] o tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira não só como ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele - tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o que? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda”. Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tomar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? **Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica.** Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso (Foucault, 2010, p. 334-335, grifo meu).

Essas teorias ao redor de uma boa criação de filhos derivam em parte da teoria psicológica do apego ou *do attachment*, que nasce nos Estados Unidos de 1980 pelas mãos do pediatra John Bowlby, segundo a qual os bebês precisam de vínculo forte e seguro com seus cuidadores para um bom desenvolvimento emocional. Mas, mais intensamente a partir de 1990, passam a dialogar com a neurobiologia e resultam numa “psicologização do social” (Rifiottis *et al.*, 2025). Na atualidade, o termo criação com apego circula entre as camadas médias brasileiras e refere-se, em muitas ocasiões, a um pacote ou cartilha de cuidados com os filhos desde o seu nascimento, cujas práticas estariam entre “parto mais natural”, “cama compartilhada”, “amamentação livre demanda,” “introdução alimentar autônoma”, “pele a pele mediante uso de

carregadores” e mínima terceirização dos cuidados ao longo da infância<sup>12</sup>. Essas seriam algumas das ações de uma parentalidade dedicada, atenta e supostamente baseada em evidências, haja vista a profusão de manuais que circulam na internet e em livrarias de todo país, o que transfere assim a antiga puericultura de consultório para uma maternidade informada e reflexiva.

Fernanda Rifiottis, Fernanda Ribeiro, Carla Villalta e Patrícia Schuch (2025) discutem como a ideia de parentalidade funciona atualmente como uma estratégia de governança reprodutiva. Para isso, retomam a sua circulação em textos antropológicos de 1915, como os de Elsie Parsons e Ester Goody até chegar nos trabalhos de Maurice Godelier que diferenciam filiação da descendência até chegar aos anos 1990 quando o assunto ocupa a psicologia e a psicanálise para, depois, se constituir como um objeto de disputa ideológica. De um lado, a partir dos anos 2000, contamos com a parentalidade como o reconhecimento de novas figuras parentais e, portanto, da homoparentalidade, coparentalidade e pluriparentalidade e, por consequência, com sua dimensão emancipadora. Ocorre que, com bem pontuam as autoras, de outro lado, vemo-nos cada vez mais diante de sua dimensão de controle ou de uma “polícia das parentalidades”, sobre suas prescrições e normatividades que afetam as famílias pobres e dependentes do cumprimento das condicionalidades de programas como Criança Feliz, Bolsa Família e Primeira Infância e informam as ações do judiciário em processos de destituição da guarda familiar. Desse lado o interesse da criança vem em primeiro lugar e molda a prática parental. Passamos, dessa maneira, segundo as autoras, da ideia de família para a ideia de parentalidade, na qual

Não é mais o casamento que faz família, mas a chegada do filho. A criança se torna, portanto, o centro dessa parentalidade. De maneira que o seu bem-estar e os seus direitos se tornam o motivador maior dessa dinâmica de vigilância e cuidado sobre os pais (Rifiottis *et al.*, 2025, p. 14).

Esse processo nos leva, no limite, à parentalidade que precisa ser necessariamente reflexiva e emocionalmente informada, bem como a perspectiva de que “competências parentais” a serem mensuradas (Rifiottis *et al.*, 2025), como se vê nas condicionalidades dos benefícios de políticas públicas destinadas aos pobres e nos quesitos a serem observados nas Varas de Infância e da Juventude. Se discutem tais pontos com relação às famílias de camadas sociais populares, as autoras iniciam o texto compartilhando o caso de uma mulher abastada que, sobrecarregada com os cuidados com seu filho, funda um grupo de Facebook intitulado “Pais Esgotados” e conquista 526 mil seguidores, algo que parece bastante sintomático de como tais modelos de parentalidade têm sido interpretados pelas famílias na atualidade. *Até a Última*

---

12 Disponível em: <https://institutonascerc.com.br/criacao-com-apego-o-que-e-e-seus-8-principios/>. Acesso em: 19 set. 2022.

*Gota* (2025) e *Tully* (2018) são dois longa-metragens que recentemente exploraram a exaustão materna diante dos cuidados com os filhos a partir de tais modelos de parentalidade, o que parece sugerir a profusão deste debate ao redor da insustentabilidade de tais modelos.

Nancy Fraser, traduzida por Sousa Filho (2020), acredita que vivemos em sociedade de “duplo ingresso”, em que as mulheres não podem mais escolher se querem ou não se inserir no mercado de trabalho. Suas casas dependem hoje de seus aportes financeiros e os homens deixaram de ser os provedores já há um bom tempo. Essa realidade impacta diretamente nos modelos de cuidados com os filhos, já que – se por um lado se demanda tempo e qualidade de atenção — em grande parte do tempo as mulheres estão fora de suas casas, precisam trabalhar e transferem as tarefas de cuidado para outras pessoas, nem sempre especialistas, mas mulheres que vivem do trabalho de cuidado não especializado. Na realidade brasileira, de famílias monoparentais chefiadas por mulheres de baixa renda, como indicam os trabalhos de Camila Fernandes (2020, 2021), as mães contam com “ajudas” e apoio de vizinhas e amigas que são remuneradas para “tomarem conta” de seus filhos, em modelos bem distantes do apregoado nos rígidos modelos de parentalidade discutidos acima.

Desta feita, conjugar a criação com o apego com o modelo social e econômico vigente tem sido um engodo e uma verdadeira armadilha para mulheres mães e trabalhadoras que não conseguem conjugar efetivamente mundos tão diversos e exigentes. Entre as mulheres pobres vemos as consequências disso ao olharmos para os inúmeros processos de moralização da maternidade, muitas vezes aliados à concessão de benefícios sociais e das políticas públicas; bem como, em casos extremos, aos processos de destituição de guarda das crianças e retirada compulsória das crianças. E entre as mulheres de camadas médias vemo-nos diante do adoecimento físico e emocional daquelas que tentam, sem sucesso, observar tais manuais de criação das crianças.

Bebendo de uma fonte bastante neoliberal, tal ideário tem sustentado que o desenvolvimento infantil é um assunto privado e familiar. Os médicos e os padres já não são mais os *experts* em infância e puericultura, atualmente são as mães, que nesse modelo de parentalidade não tercerizada e apegada, devem saber sobre o modelo de escola, de prática médica e de alimentação comprovadamente mais adequados aos seus filhos. Ou então dar conta de seus filhos ainda que tenham que sair a trabalhar e prover a vida de todos que dependem de si mesmas em suas casas.

Com isso o Estado se desonera e privatiza os cuidados que se restringem a uma prática familista e individual, que apaga a necessidade da assistência social, à saúde e da educação derivadas dos direitos sociais, coletivos e individuais que fundaram a própria ideia de Estado-nação.

Fonseca, Marre e Rifiotis (2021) organizaram um importante dossiê sobre governança

reprodutiva e, ao percorrerem o histórico da antropologia da reprodução desde Faye Ginsburg e Rayna Rapp (1995) até Laura Briggs (2017), cruzaram conceitos como *governança reprodutiva*, *reprodução estratificada e justiça reprodutiva*, mostrando como os mesmos extrapolam a noção de reprodução, alojando-a em searas antes não consideradas, como – em nosso caso – no universo das moralidades parentais. Elas salientam:

No clima de racionalidade econômica neoliberal, esses programas de intervenção a domicílio fazem eminente sentido. Por um processo que custa aos cofres públicos bem menos do que uma creche pública ou pré-escola, a mulher deve se tornar gerente autodisciplinada do lar, para então produzir uma nova geração de pessoas autossuficientes, bem adaptadas às necessidades projetadas da futura economia de mercado. As fragilidades dessa racionalidade política se revelam nas múltiplas observações empíricas (Macvarish, 2016 *apud* Fonseca; Marré; Rifiotis, 2021, p. 28).

Olhando para isso com atenção e partindo da premissa de que essa crise ao redor da parentalidade é algo que antecede a pandemia, tendo a considerar que a Covid-19 descortinou a sobrecarga do trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e trabalho de cuidado realizado por mulheres mães e cuidadoras, mas pode não ser a principal ou a única razão para a queda dos nascimentos no Brasil.

Fábia e Sónia, bem como muitas das mulheres de camadas médias que participaram de nossa pesquisa sobre pandemia no Brasil e na Argentina, enunciam em suas falas o peso, o nível do compromisso e a exaustão que sentem na criação de seus filhos, parece demandar uma dedicação quase exclusiva e radicalmente impossível.

Por outra parte, mulheres pobres e periféricas com as quais temos convivido desde 2023, a maioria negra, entre 20 e 40 anos, desempregadas, mães de crianças pequenas, solteiras e moradoras de São Sebastião — DF, que não tiveram mais filhos depois da pandemia, ressaltam ainda conviverem com as consequências da pandemia, a maioria acredita que a pandemia ainda não terminou ou que em breve viveremos uma outra pandemia. Em nossos encontros salientam repetidamente que a pandemia gerou depressão, hipertensão precoce e desemprego. Uma delas, mãe de três crianças, de um bebê que lhe foi retirado pelo Conselho Tutelar e de um menino esquizofrênico, um dia nos disse que a pandemia havia demonstrado o que era ser uma mãe pobre, que “é estar sozinha e sobrecarregada” (Notas de campo, maio de 2025).

Nesse sentido, a pandemia seria um ponto de inflexão importante que desvelou a opressão desse lugar ocupado pelas mulheres de sobrecarga física e emocional, bem como da solidão com os cuidados entre mulheres de camadas médias e também periféricas em escalas e linhas bastante distintas por conta da classe social. Talvez possa por isso ser considerada um dos motivos para queda de natalidade que o Brasil experimenta de 2020 até os dias atuais. Mas pode não ser a única razão, já que o tipo de parentalidade operante tende a desestimular mulheres pobres e de camadas médias a terem mais filhos. Segundo a psicanalista Vera Iaconelli, tentar

conjugar as esferas sociais do cuidado e do capital significa balizar-se por uma “conta que não fecha”<sup>13</sup> e da ordem do impossível, cujos efeitos nos levam aos inúmeros casos de sofrimento mental entre as mulheres mães na contemporaneidade (Zanello *et al.*, 2022)

## UM PROBLEMA GERACIONAL

Como bem nos lembra Laura Briggs (2017), um conjunto de políticas neoliberais no contexto do pós-guerra passam a restringir as aspirações à vida familiar. A redução do valor real de salários fez com que ambos os membros do casal tivessem que se engajar na força de trabalho, inclusive com uma carga horária maior do que em gerações anteriores. Simultaneamente, com as restrições orçamentárias para serviços públicos de apoio, a responsabilidade pelos cuidados de pessoas dependentes passou a recair cada vez mais sobre as famílias nucleares (principalmente sobre as mulheres), como bem descreve no Brasil Alda Britto Motta (2010) a partir das famílias multigeracionais, que inclusive se acentuaram na pandemia de Covid-19. O custo de um eventual auxílio por ajudantes pagos ficou proibitivo para boa parte dos jovens casais. Assim, até ter a estabilidade financeira para equilibrar as diversas demandas (domésticas, maternas e profissionais) às quais deviam atender, muitas mulheres já teriam atingido uma idade que tornaria a difícil a reprodução natural (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021).

No Brasil existem estudos antropológicos sobre gerações de mulheres, em suas diferenças e relações com sexualidade, trabalho, economia e maternidades. Entre eles, o de Myriam Lins de Barros (1987) e o de Maria Isabel Mendes de Almeida (1987), duas etnografias feitas no Rio de Janeiro durante os anos de 1980 com três gerações de mulheres de uma mesma família: a primeira geração (avós), a geração intermediária (mães) e a mais jovem (filhas) — todas atravessadas por suas experiências de parto, pós-parto e criação de crianças. Vê-se, em seus argumentos, que a primeira geração teria como destino mais comum o casamento e a maternidade compulsórios; a dependência financeira; a ausência de vida profissional e uma crise com tal situação no final da vida. Em seguida, viria a geração de mulheres que teve mais acesso aos estudos, que ascendeu profissionalmente, dos divórcios e as que fizeram uso da pílula. Elas tiveram menos filhos e mais embates intergeracionais, pois as que mais provocaram rupturas de comportamentos. Foram as mulheres que mais se diferenciaram da geração anterior. E por último encontramos a geração das filhas, mulheres dedicadas a uma maternidade mais

---

13 Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Rotina/noticia/2019/10/conta-mulher-trabalho-e-filhos-simplesmente-nao-fecha-afirma-psicanalista-vera-iaconelli.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

natural, mais propensa ao ideário da parentalidade acima discutido e, embora fossem portadoras de diploma superior, contavam com dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, o que as fazia bastante dependentes financeiramente de suas famílias.

Segundo Myriam Lins de Barros, as mulheres da primeira geração recomendavam que as mulheres mais jovens colocassem suas vidas profissionais adiante de suas vidas afetivas, para que tivessem destinos diferentes daqueles que haviam tido, enquanto as mulheres da geração intermediária terminavam, já no fim de suas vidas, oferecendo suporte econômico às gerações mais jovens que, por conta de uma ideia de realização pessoal, não conseguiam se assentar profissionalmente e assim adquirir uma independência financeira. E para além disso haviam se tornado as avós que também as ajudavam com o cuidado de seus filhos.

Em minha pesquisa com mulheres de gerações diversas às voltas com suas práticas de cuidado realizada no primeiro ano da pandemia, pude constatar que mulheres de camadas médias e populares têm sido expostas ao ideário do parto natural e de uma maternidade dedicada nos últimos 20 anos e que muitas delas, tentando conjugar a vida dentro e fora de casa, se veem sem apoio e sobrecarregadas, em que pese sigam sustentando a importância da maternidade apegada como modelo de cuidado para os seus filhos e por vezes até com relação ao mundo. Vale dizer que a maioria discorda das práticas de suas mães nos anos de 1980, mas que — nos momentos de aperto econômico e na logística de cuidado — acabam contando com o seu apoio junto dos netos.

Dessa maneira, muitas dessas mulheres de camadas médias, expostas aos ideários do parto humanizado e criação com apego, são em sua maioria mulheres com diploma superior e trabalhadoras, que, ao se tornarem mães, buscaram exercer uma maternidade próxima física e afetivamente intensiva - talvez mais vista nos cuidados de suas avós do que no de suas próprias mães, que foram as mulheres que precisaram terceirizar a criação de seus filhos para saírem ao mercado de trabalho. Nesse sentido, essa geração mais jovem parece ficar entre a primeira geração (avós) e a geração intermediária (mães) — entre a casa e a rua, entre os filhos e o trabalho, tentando conciliar o que tenho denominado de “projeto geracionais de maternidade”, ou seja, de modelos de parentalidade diversos e específicos para cada momento histórico e contexto em que tais mulheres se tornaram mães. De suas avós desejam o tempo da casa, dos cuidados e dos afetos, enquanto de suas mães desejam também o sucesso profissional e independência econômica.

Essas mulheres estão, no entanto, cansadas de há anos tentarem conjugar projetos opostos, que antes tiveram gerações específicas, uma para cada um; mas que agora aparecem sobrepostos. Da mesma forma, estão exaustas da sobrecarga gerada pela “teoria da criação com apego” e por terem experimentado uma pandemia que, entre quatro paredes, conjugou tais crises pregressas. Se isso pode ser pensado para as camadas médias, como bem pontua Maria

Machado (2009), seria um erro acreditar que o mesmo não acontece entre mulheres de camadas populares e periféricas, também tais mulheres desejam ocupar espaços antes não ocupados por suas mães e avós, mas também querem ser mães e precisam sustentar suas casas. Segundo ela, o protestantismo nesse caso em especial tem sido uma mola propulsora para os seus desejos de individualização frente às famílias e vida coletiva experimentada em favelas, bairros e zonas de pobreza. Elas também se sentem sobrecarregadas e sozinhas entre a casa e a rua com bem recentemente nos sugeriu a etnografia de Camila (2018) na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Essas são algumas pistas que podem nos sugerir o não desejo de ter filhos na atualidade e as quedas que podemos visualizar nos gráficos expostos páginas atrás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os prognósticos, no ano de 2064 o índice global de mortalidade vai superar o de natalidade, haverá uma queda importante da população economicamente ativa e, portanto, o aumento do valor da mão de obra e altas despesas com previdência e assistência à saúde.<sup>14</sup> Estatísticos e demógrafos atribuem esse fenômeno a aquisição feminina de conhecimento, acessos das mulheres aos estudos e sua respectiva inserção no mercado de trabalho. Vimos que o Brasil enfrentou uma queda, antes nunca vista, de nascidos vivos no ano de 2021, 2022 e 2023, tendo persistido tal declínio até os dias atuais. Por isso, apresentou cenário diferente do esperado, quando comparamos com outros períodos de exceção experimentados na história recente da humanidade.

Não houve baby boom com o fim da pandemia, pelo contrário, consolidou-se uma tendência de queda da natalidade durante cinco anos consecutivos. De algum modo, as mulheres não querem mais ter filhos. Na busca de explicações para esse fenômeno, a pandemia foi apontada como uma de suas causas, dadas as emoções e sequelas que lhe caracterizam. Não descarto que essa seja uma explicação possível. Mas tendo a aventar a hipótese de que a pandemia não pode ser tomada como a única explicação.

É certo que as mulheres têm mais acesso ao conhecimento, ao ensino e ao sucesso profissional; é certo que se inserem com maior rapidez no mercado de trabalho e é certo também que as religiões evangélicas têm despertado, por meio de sua perspectiva de trabalho, o desejo de uma individualização também entre as mulheres pobres e periféricas. Elas querem

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/a-crise-da-fertilidade-chegou-e-vai-alterar-a-economia-mundial-permanentemente/>. Acesso em: 17 set. 2025.

ser diferentes de suas mães e de suas avós, mas atravessadas por uma parentalidade que exige que sejam reflexivas e emocionalmente dispostas aos seus filhos, têm vivido o paradigma da “conta que não fecha”, haja vista terem de assim conjugar projetos de vida inconciliáveis dada a escassez de tempo. Se para Rifiotis *et al.* (2025) esse modelo de parentalidade que psicologiza o social, sobretudo, a partir dos anos de 1990, tem exigido o impossível, e as mulheres sentem que têm de dar conta de tudo sozinhas e tornam-se mães nervosas que sentem “raiva do mundo” diante do completo abandono estatal (Fernandes, 2021), poderíamos pensar, a bem da verdade, que a pandemia, mais uma vez, não nos apresentou nada de novo, ou de extraordinário, mas revelou em fortes tintas a falência de um modelo de família já existente e bem conhecido pelas mulheres brasileiras.

Se atualmente as mulheres parecem recusar ter mais filhos ou terem filhos, tal recusa poderia ser compreendida como uma recusa à solidão e ao adoecimento presentes na árdua tarefa de fazer e criar gente, sem apoio social e Estatal em regimes ultraliberais e sob julgamento social constante travestido de uma parentalidade que diz pretender cuidar e proteger uma vida sadia para as crianças.

Dito isto, tais números, quedas e futurologias, precisam ser pensados a partir da lógica do ordinário, como aspectos que já compunham a vida social, sem dúvida nenhuma descortinados pela pobreza, desemprego e sobreposição dos trabalhos produtivos e reprodutivos durante a pandemia de Covid-19. Mas urgem serem pensados a partir de modelos de Estado neoliberais e ultraconservadores, e de suas teorias da parentalidade que envolvem paradoxalmente emancipação, mas também controle social, e um radical processo de privatização de cuidados que tem corpos, cores e sexo/gênero bem definidos. Em última instância, aos vermos a queda das curvas nos gráficos de natalidade no Brasil, podemos ver-nos diante de mulheres dizendo não, um sonoro não a sustentarem sozinhas e em seus sobre seus próprios corpos e vidas uma sociedade que não as reconhece, não as enxerga e que as subjuga um pouco a cada dia, sem reconhecer o cuidado como trabalho e o trabalho reprodutivo como pedra angular da vida social.

Pode ser esse um sinal de novos tempos. A ver como se apresentam os próximos gráficos e curvas, as políticas públicas dos Estados nacionais e saúde física e mental de mulheres em idade reprodutiva.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Cassia. Censo 2022: Brasil tem menos 1 milhão de crianças nascendo por ano; entenda. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 2024. Disponível: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/22/censo-2022-brasil-tem-menos-1->

- milhao-de-criancas-nascendo-por-ano-entenda.ghtml#:~:text=Entre%202000%20e%202022%2C%20n%C3%BAmero%20de%20nascimentos,diminuiu%20de%203%2C6%20milh%C3%B5es%20para%20%2C6%2. Acesso em: 3 fev. 2026.
2. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Maternidade**: um destino inevitável? Rio de Janeiro: Campus, 1987.
  3. BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto**. Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
  4. BATISTA, Milena Sasha Santos. **Quem cuida de quem cuida?** Relações de cuidado e o uso do tempo e do espaço da casa durante a pandemia de Covid-19 no Brasil e Argentina. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
  5. BELANDI, Caio. Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977#:~:text=Em%202022%2C%20n%C3%BAmero%20de%20nascimentos%20cai%20pelo,patama>. Acesso em: 3 fev. 2026.
  6. BRIGGS, Laura. **How all politics became reproductive politics**: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.
  7. CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 63, e216313, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630013>. Acesso em: 17 jan. 2026.
  8. CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MULLER, Elaine. Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de covid-19 soma na vida das mulheres mães? **Áltera**, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 441-450, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2020v1n10.55236>. Acesso em: 17 jan. 2026.
  9. CARNEIRO, Rosamaria; MALUF, Sonia. A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções. **Atlânticas. Revista Internacional de Estudos Feministas**, Elviña, v. 8, n. 1, p. 259–294, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.17979/arief.2023.8.1.8965>. Acesso em: 17 jan. 2026.
  10. COROZACSS Valéria. **O corpo da nação**. Rio de Janeiro: UFRJ; 2009.
  11. COOPER, Melinda. **Family Values**: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. Zone Books, 2019.
  12. FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**. São Paulo: Elefante, 2018.
  13. FERNANDES, Camila. “Mães nervosas”: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. In: FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (org.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**.

- Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 215-231.
14. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.
  15. FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado. Batalhas femininas por autonomia e mobilidade. *In*: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (org.). **(Des)prazer da norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 297-320.
  16. FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
  17. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 61, p. 7-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>. Acesso em: 20 jan. 2026.
  18. FOUCAULT, Michael. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Edições 70, 2010.
  19. FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 20 jan. 2026.
  20. GAGO, Veronica; CAVALLERO, Luci. **A casa como laboratório**. São Paulo: Ed. Elefante, 2024.
  21. GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (ed.). **Conceiving the new world order: the global politics of reproduction**. Berkeley: University of California Press, 1995.
  22. GUIMARÃES, Silva; ALÉS, Catherine. Mães sanõma/yanomami: o drama da mortalidade infantil e a (in)justiça reprodutiva. *In*: BRANDÃO, Elaine Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **Justiça Reprodutiva: Desafios para Saúde Coletiva**: Editora Fiocruz, 2025. p. 111-134.
  23. IDOETA, Paula. Covid: 300 mil bebês deixaram de nascer no Brasil por pandemia, com adiamentos e mais divórcios. **BBC News Brasil**, Brasil, 14 jul. 2021. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57814964>. Acesso em: 16 set. 2022.
  24. LENHARO, Mariana. Medo de engravidar na pandemia de covid-19 se assemelha ao auge da epidemia de zika, segundo pesquisa. **BBC News Brasil**, 14 dez. 2020. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55307894?at\\_campaign=64&at\\_medium=custom7&at\\_custom1=%5Bpost+type%5D&at\\_custom2=twitter&at\\_custom3=BBC+Brasil&at\\_custom4=5A23CA0A-3E3C-11EB-B6EF-DD5B4D484DA4](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55307894?at_campaign=64&at_medium=custom7&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_custom2=twitter&at_custom3=BBC+Brasil&at_custom4=5A23CA0A-3E3C-11EB-B6EF-DD5B4D484DA4). Acesso em: 4 fev. 2026.
  25. LOPES, Laura Marques. **Pandemia da covid-19, orfandades e políticas públicas no Consórcio Nordeste**: uma análise a partir da antropologia. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

26. LOWENKRON Laura. Gênero, família e Estado: cuidado de crianças, pandemia e a gestão da (não) reabertura escolar. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22212.a>. Acesso em: 20 jan. 2026.
27. MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 369-393, 2009.
28. MOTTA Alda Britto da. A família multigeracional e seus personagens. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435–458, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200008>. Acesso em: 20 jan. 2026.
29. NASCIMENTO, Pedro. **O desejo de ter filhos**: uma etnografia sobre reprodução, desigualdade e política de saúde. João Pessoa: UFPB, 2020.
30. NASCIMENTO, Pedro; LUNKER, Amanda. Saúde, cuidado e vínculo familiar: Apontamentos iniciais sobre o Programa Criança Feliz em Rio Tinto/Paraíba, Nordeste do Brasil. *In*: Reunião de Antropologia do Mercosul, 13., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. 2019. Porto Alegre: UFRGS, 2019.
31. NÚMERO de nascimentos no Brasil atinge o menor patamar em 47 anos, diz IBGE. **G1**, Brasil, 16 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/05/16/numero-de-nascimentos-no-brasil-atinge-o-menor-patamar-em-47-anos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2026.
32. PIRES, Flávia Ferreira; LOPES, Laura Marques; CAVALCANTE, Mohana; PAZ, Pedro Henrique Gomes da. Quem vai ficar com as crianças? Orfanidades e maternidades estabelecidas a partir da Covid-19. **Revista Mundaú**, Maceió, v. 2, n. 17, p. 20–40, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rm.2025.n.17.17210>. Acesso em: 3 fev. 2026.
33. RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; VILLALTA, Carla; SCHUCH, Patrice. A parentalidade como forma da governança reprodutiva contemporânea. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 31, n. 73, e730201, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e730201>. Acesso em: 17 jan. 2026.
34. RUSSO, Jane; NUCCI, Marina Fisher. Parindo no paraíso: parto humanizado, ocitocina e a produção corporal de uma nova maternidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 24, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832020000100213&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832020000100213&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 set. 2022.
35. WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.
36. WOORTMANN, Klaas. Com parentes não se negoceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990.

37. ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara Flor. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86991, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>. Acesso em: 20 jan. 2026.

*Rosamaria Giatti Carneiro*

Professora Associada na Universidade de Brasília. Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1271-7645>. E-mail: [rosacarneiro@unb.br](mailto:rosacarneiro@unb.br)